

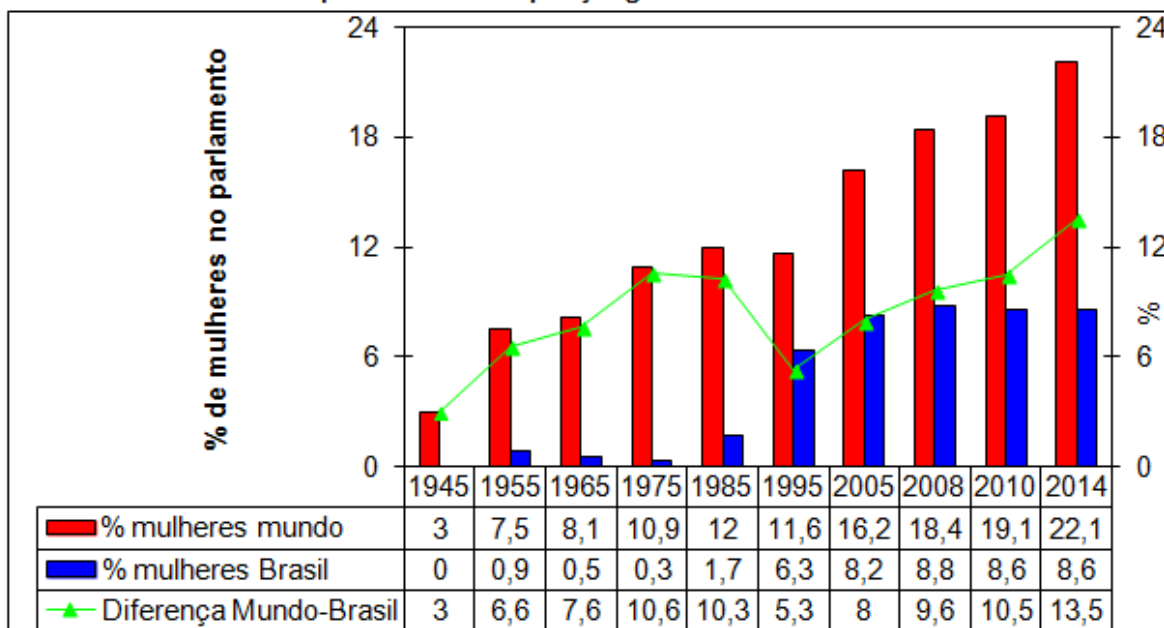
## Mulheres brasileiras perdem posição relativa na política mundial

José Eustáquio Diniz Alves<sup>1</sup>

O ano de 2014 marca o aniversário dos 82 anos do direito de voto feminino no Brasil. Desde a conquista de 1932, as mulheres brasileiras obtiveram diversas vitórias: tornaram-se maioria da população e do eleitorado; conquistaram maior esperança de vida e menores taxas de mortalidade; adquiriram níveis crescentes de educação, ultrapassando os homens em todos os níveis de ensino; elevaram as taxas de participação no mercado de trabalho, reduzindo os diferenciais de gênero nos rendimentos totais; são maioria dos beneficiários da previdência e do Programa Bolsa Família; trouxeram duas das três medalhas de ouro nas duas últimas olimpíadas (Pequim e Londres) e conquistaram diversas vitórias na legislação nacional.

Porém, na política parlamentar as mulheres brasileiras estão praticamente estagnadas e perdendo posição em relação ao resto do mundo. A luta contra a exclusão feminina da política tem crescido desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Entre 1945 e 1995 a participação feminina cresceu mas se manteve baixa no Brasil e no mundo. Em 1995, houve a 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Beijing, que propôs a adoção de políticas de cotas para aumentar o empoderamento feminino. Neste ano, a participação feminina na Câmara de Deputados estava em torno de 12% no mundo e 6% no Brasil.

**Percentagem de mulheres no parlamento (Lower ou Single House) no mundo e no Brasil e a perda relativa de posição global do Brasil: 1945-2014**



Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

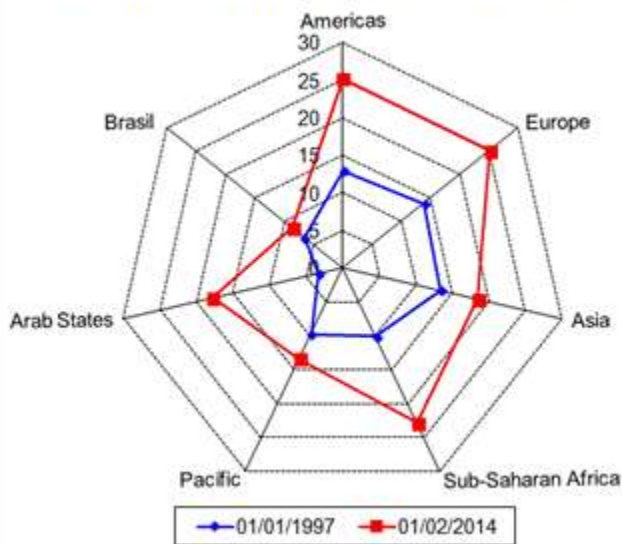
<sup>1</sup> Doutor em demografia e professor titular do mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE; Apresenta seus pontos de vista em caráter pessoal. Telefone: (21) 2142 4689; E-mail: [jed\\_alves@yahoo.com.br](mailto:jed_alves@yahoo.com.br)

Nos dezenove anos depois da Conferência de Beijing, os avanços das mulheres nos parlamentos do mundo foram maiores do que nos cinquenta anos anteriores. Segundo a Inter-Parliamentary Union (IPU), as mulheres mundiais ultrapassaram 22% de participação na Câmara dos Deputados ou em Parlamentos Unicamerais (Lower ou Single House). Todavia, a participação feminina no Brasil permaneceu abaixo de 10% e a diferença entre as taxas brasileiras e mundiais nunca foi tão alta (13,5%), como em 2014. Isto quer dizer que as mulheres brasileiras estão perdendo posição relativa em relação às demais mulheres dos diversos países do mundo.

No ranking da IPU, os países que possuem a mesma taxa de participação feminina aparecem empatados com o mesmo número de classificação. Desta forma o Brasil estava em 71º lugar em 01 de janeiro de 1997 e em 125º lugar em 01 de fevereiro de 2014. Contudo, no ranking global (considerando quantos países estavam na frente) o Brasil aparecia em 103º lugar em janeiro de 1997 e em 158º lugar em fevereiro de 2014. Portanto, o Brasil perdeu participação relativa e as mulheres brasileiras possuem uma das taxas de participação no Parlamento mais baixas do mundo.

Em 1997, em termos de equidade de gênero na política parlamentar, o Brasil perdia para todas as regiões, menos para os países Árabes. Mas em 2014, perde inclusive para os países árabes que passaram de 3,3% em 01/01/1997 para 17,8% em 01/02/2014, enquanto o Brasil passou de apenas 6,6% em 01/01/1997 para 8,6% em 01/02/2014. Ruanda é o único país com maioria feminina (atualmente com 63,8%) e Andorra possui paridade com 50% de deputados para cada sexo.

**Percentual de Mulheres no Parlamento (Lower or single House), regiões do mundo e Brasil: 1997-2014**



Regiões	01/01/1997	01/02/2014
Americas	12,9	25,2
Europe	13,8	25,1
Asia	13,4	18,5
Sub-Saharan Africa	10,1	22,9
Pacific	9,8	13,4
Arab States	3,3	17,8
Brasil	6,6	8,6
Mundo	12,0	22,1

Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union:  
<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

Como explicar esta situação em que as mulheres brasileiras avançam na maioria das áreas de atividades na sociedade, mas ficam para trás na política parlamentar?

Como explicar que nas eleições de 2010 as duas mulheres que disputavam a Presidência da República tiveram dois terços dos votos (Dilma Rousseff com 47.651.434 de votos - 46,9% - e Marina Silva com 19.636.359 de votos - 19,3%), mas foram eleitas apenas 8,6% de deputadas federais?

Como explicar que o Brasil tenha uma mulher na Presidência da República – esteja na frente dos Estados Unidos e da França que possuem longa tradição democrática mas nunca tiveram mulheres na Chefia do Executivo - porém fique em 158º lugar no ranking mundial de participação feminina parlamentar?

Os diversos Institutos de Pesquisa do país já mostraram que o eleitorado não só não discrimina as mulheres, como tem uma visão positiva da participação feminina na política. A prova mais cabal que o problema da baixa participação feminina na política não está no eleitorado é que, como mostrado acima, nas eleições de 2010 havia 9 candidatos à Presidência (7 homens e 2 mulheres) e o resultado do primeiro turno mostrou que dois terços (67%) dos votos foram para as mulheres.

Portanto, o problema da desigualdade de gênero na política não pode ser imputado ao eleitorado. Tudo indica que a razão do problema está nos partidos políticos que não conseguem abandonar suas práticas misóginas. São os políticos do sexo masculino que controlam os principais cargos dentro dos partidos e os espaços públicos de poder. Controlam também os recursos financeiros e o processo de escolha de candidaturas. Diversos estudos mostram que a principal barreira da participação feminina está na máquina partidária e no processo de definição das listas eleitorais e de organização das campanhas.

Para aumentar a participação feminina na política no Brasil é preciso alterar a participação das mulheres na estrutura de poder dos partidos políticos. No dia 10 de maio de 2011, militantes (de ambos os sexos) dos partidos progressistas e de movimentos sociais estiveram reunidas, em Brasília, no auditório Petrônio Portella, no Senado, no seminário "As mulheres e a reforma política". Na ocasião definiram, dentre outros pontos, a necessidade de participação paritária de homens e mulheres em todos os cargos de representação partidária, nos níveis nacional, estadual e municipal.

A participação com paridade de gênero na política é fundamental. Não só na estrutura partidária, mas a paridade precisa ser instituída nas secretarias municipais e estaduais e no ministério federal. A equidade de gênero precisa ser implementada também nos altos Tribunais do Poder Legislativo e até nas diretorias das empresas privadas. No processo eleitoral é preciso garantir a paridade nas listas eleitorais e paridade no acesso aos recursos da campanha eleitoral.

Tem crescido a parcela da opinião pública que defende uma maior presença pública feminina. Pesquisa Ibope, que faz parte de um levantamento global de opinião pública realizado em 65 países pela rede WIN, mostrou que 41% dos brasileiros acreditam que o mundo seria um lugar melhor se as mulheres fossem maioria no mundo político. Assim, é possível se atingir a igualdade de oportunidade entre os sexos na família, na sociedade e na política.

Se os partidos quiserem podem oferecer igualdade de disputa para homens e mulheres nas eleições gerais de 2014. Para 2018, existe uma proposta do Senador Anibal Diniz (PT-AC) de garantir paridade de gênero quando houver eleições para a renovação de dois terços do Senado Federal, reservando uma vaga para as candidatas mulheres. A proposta é excelente do ponto de vista da equidade de gênero, pois garantiria, de imediato, uma representação feminina no Senado Federal de pelo menos 33% dos assentos. Caso aprovada, poderia mitigar uma desigualdade histórica e garantir maior justiça na representação de gênero no Poder Legislativo. Porém, esse tipo de ação afirmativa deveria ser estabelecido por um tempo limitado, por exemplo, durante duas ou três eleições, até que as mulheres

conseguissem maior igualdade de oportunidade na disputa eleitoral. Do contrário, do ponto de vista da representação democrática, reduziríamos a autonomia e a soberania dos eleitores.

Mas tudo pode mudar já nas eleições de 2014, quando se comemora os 82 anos do direito de voto feminino no Brasil. Se os partidos derem espaço e apoio para as candidaturas femininas para deputados federais e estaduais e para senadores e governadores, o Brasil pode dar um salto no ranking mundial, deixando de ficar na lanterninha da América do Sul e deixando de perder posição para países como Iraque, Afeganistão, Moçambique, Sudão e outros com menores níveis de desenvolvimento e maiores índices de desigualdade social de gênero.

No dia 05 de outubro de 2014 (data do primeiro turno das eleições 2014) o Brasil pode dar um salto no ranking mundial de participação feminina na política. Mas para tanto é preciso que as convenções partidárias, que devem ocorrer de 10 a 30 de junho (período definido no artigo oitavo da Lei das Eleições - Lei nº 9.504/1997 e seguindo as regras da Lei nº 12.034/2009), garantam uma boa participação das mulheres nas listas partidárias e que haja apoio total para as candidaturas femininas durante a campanha eleitoral.

**Anexo: Número de cadeiras e número e percentagem de mulheres eleitas nos parlamentos (Lower or Single House) em 189 países do mundo. Situação em 01 de fevereiro de 2014**

Rank geral	Rank IPU	Países	Eleições	Deputados Totais	Mulheres	% mulheres
1	1	Rwanda	9 2013	80	51	63.8%
2	2	Andorra	4 2011	28	14	50.0%
3	3	Cuba	2 2013	612	299	48.9%
4	4	Sweden	9 2010	349	157	45.0%
5	5	South Africa	4 2009	400	179	44.8%
6	6	Seychelles	9 2011	32	14	43.8%
7	7	Senegal	7 2012	150	65	43.3%
8	8	Finland	4 2011	200	85	42.5%
9	9	Ecuador	2 2013	137	57	41.6%
10	10	Belgium	6 2010	150	62	41.3%
11	11	Nicaragua	11 2011	92	37	40.2%
12	12	Iceland	4 2013	63	25	39.7%
13	"	Spain	11 2011	350	139	39.7%
14	13	Norway	9 2013	169	67	39.6%
15	14	Mozambique	10 2009	250	98	39.2%
16	15	Denmark	9 2011	179	70	39.1%
17	16	Netherlands	9 2012	150	58	38.7%
18	17	Costa Rica	2 2010	57	22	38.6%

19	18	Timor-Leste	7 2012	65	25	38.5%
20	19	Mexico	7 2012	500	187	37.4%
21	20	Angola	8 2012	220	81	36.8%
22	21	Argentina	10 2013	257	94	36.6%
23	22	Germany	9 2013	631	230	36.5%
24	23	United Republic of Tanzania	10 2010	350	126	36.0%
25	24	Uganda	2 2011	386	135	35.0%
26	25	The F.Y.R. of Macedonia	6 2011	123	42	34.1%
27	26	New Zealand	11 2011	121	41	33.9%
28	27	Serbia	5 2012	250	84	33.6%
29	28	Grenada	2 2013	15	5	33.3%
30	"	Slovenia	12 2011	90	30	33.3%
31	29	Austria	9 2013	183	59	32.2%
32	30	Algeria	5 2012	462	146	31.6%
33	31	Zimbabwe	7 2013	270	85	31.5%
34	32	Italy	2 2013	630	198	31.4%
35	33	Guyana	11 2011	67	21	31.3%
36	"	Portugal	6 2011	230	72	31.3%
37	34	Cameroon	9 2013	180	56	31.1%
38	35	Switzerland	10 2011	200	62	31.0%
39	36	Burundi	7 2010	105	32	30.5%
40	37	Nepal	11 2013	575	172	29.9%
41	38	Trinidad and Tobago	5 2010	42	12	28.6%
42	39	Luxembourg	10 2013	60	17	28.3%
43	40	Tunisia	10 2011	217	61	28.1%
44	41	Ethiopia	5 2010	547	152	27.8%
45	42	Afghanistan	9 2010	249	69	27.7%
46	43	Philippines	5 2013	289	79	27.3%
47	44	Lesotho	5 2012	120	32	26.7%
48	45	Belarus	9 2012	109	29	26.6%
49	46	South Sudan	8 2011	332	88	26.5%
50	47	Turkmenistan	12 2013	125	33	26.4%
51	48	El Salvador	3 2012	84	22	26.2%
52	"	France	6 2012	577	151	26.2%
53	49	Australia	9 2013	150	39	26.0%
54	50	Honduras	11 2013	128	33	25.8%
55	51	Namibia	11 2009	78	20	25.6%
56	52	Bolivia	12 2009	130	33	25.4%
57	53	Singapore	5 2011	99	25	25.3%

58	54	Iraq	3 2010	325	82	25.2%
59	"	Kazakhstan	1 2012	115	29	25.2%
60	"	Mauritania	11 2013	147	37	25.2%
61	55	Canada	5 2011	307	77	25.1%
62	56	Lao People's Democratic Republic	4 2011	132	33	25.0%
63	"	Latvia	9 2011	100	25	25.0%
64	57	Bulgaria	5 2013	240	59	24.6%
65	58	Poland	10 2011	460	112	24.3%
66	"	Sudan	4 2010	354	86	24.3%
67	"	Viet Nam	5 2011	498	121	24.3%
68	59	Lithuania	10 2012	141	34	24.1%
69	60	Equatorial Guinea	5 2013	100	24	24.0%
70	61	Croatia	12 2011	151	36	23.8%
71	62	China	3 2013	2987	699	23.4%
72	63	Kyrgyzstan	10 2010	120	28	23.3%
73	64	Madagascar	12 2013	147	34	23.1%
74	65	United Kingdom	5 2010	650	147	22.6%
75	66	Israel	1 2013	120	27	22.5%
76	67	Malawi	5 2009	193	43	22.3%
77	"	Peru	4 2011	130	29	22.3%
78	68	Eritrea	2 1994	150	33	22.0%
79	"	Uzbekistan	12 2009	150	33	22.0%
80	69	Guinea	9 2013	114	25	21.9%
81	70	Bosnia and Herzegovina	10 2010	42	9	21.4%
82	71	Greece	6 2012	300	63	21.0%
83	72	Cabo Verde	2 2011	72	15	20.8%
84	"	Dominican Republic	5 2010	183	38	20.8%
85	"	Monaco	2 2013	24	5	20.8%
86	73	Pakistan	5 2013	323	67	20.7%
87	74	Cambodia	7 2013	123	25	20.3%
88	75	Albania	6 2013	140	28	20.0%
89	"	Liechtenstein	2 2013	25	5	20.0%
90	76	Saudi Arabia	1 2013	151	30	19.9%
91	77	Czech Republic	10 2013	200	39	19.5%
92	78	Kenya	3 2013	350	67	19.1%
93	79	Estonia	3 2011	100	19	19.0%
94	80	Burkina Faso	12 2012	127	24	18.9%
95	81	Mauritius	5 2010	69	13	18.8%
96	"	Republic of Moldova	11 2010	101	19	18.8%

97	82	Slovakia	3 2012	150	28	18.7%
98	83	Indonesia	4 2009	560	104	18.6%
99	84	San Marino	11 2012	60	11	18.3%
100	"	United States of America	11 2012	432	79	18.3%
101	85	Sao Tome and Principe	8 2010	55	10	18.2%
102	86	United Arab Emirates	9 2011	40	7	17.5%
103	87	Morocco	11 2011	395	67	17.0%
104	"	Venezuela	9 2010	165	28	17.0%
105	88	Barbados	2 2013	30	5	16.7%
106	"	Saint Lucia	11 2011	18	3	16.7%
107	89	Libya	7 2012	200	33	16.5%
108	"	Togo	7 2013	91	15	16.5%
109	90	Tajikistan	2 2010	63	10	15.9%
110	91	Chile	11 2013	120	19	15.8%
111	"	Thailand	7 2011	500	79	15.8%
112	92	Ireland	2 2011	166	26	15.7%
113	"	Republic of Korea	4 2012	300	47	15.7%
114	93	Azerbaijan	11 2010	122	19	15.6%
115	"	Democratic People's Rep. Korea	3 2009	687	107	15.6%
116	94	Gabon	12 2011	120	18	15.0%
117	"	Paraguay	4 2013	80	12	15.0%
118	95	Chad	2 2011	188	28	14.9%
119	"	Mongolia	6 2012	74	11	14.9%
120	96	Montenegro	10 2012	81	12	14.8%
121	97	Turkey	6 2011	548	79	14.4%
122	98	Malta	3 2013	70	10	14.3%
123	99	Somalia	8 2012	275	38	13.8%
124	100	Russian Federation	12 2011	450	61	13.6%
125	101	Romania	12 2012	407	55	13.5%
126	102	Guatemala	9 2011	158	21	13.3%
127	"	Niger	1 2011	113	15	13.3%
128	103	Bahamas	5 2012	38	5	13.2%
129	104	Uruguay	10 2009	99	13	13.1%
130	105	Saint Vincent and the Grenadines	12 2010	23	3	13.0%
131	106	Dominica	12 2009	31	4	12.9%
132	107	Djibouti	2 2013	55	7	12.7%
133	"	Jamaica	12 2011	63	8	12.7%
134	108	Cyprus	5 2011	56	7	12.5%
135	109	Colombia	3 2010	165	20	12.1%

136	"	Sierra Leone	11 2012	124	15	12.1%
137	110	Georgia	10 2012	150	18	12.0%
138	"	Jordan	1 2013	150	18	12.0%
139	"	Syrian Arab Republic	5 2012	250	30	12.0%
140	111	Suriname	5 2010	51	6	11.8%
141	112	India	4 2009	545	62	11.4%
142	113	Guinea-Bissau	11 2008	100	11	11.0%
143	"	Liberia	10 2011	73	8	11.0%
144	114	Ghana	12 2012	275	30	10.9%
145	115	Zambia	9 2011	158	17	10.8%
146	116	Armenia	5 2012	131	14	10.7%
147	117	Democratic Republic of the Congo	11 2011	498	53	10.6%
148	118	Antigua and Barbuda	3 2009	19	2	10.5%
149	119	Malaysia	5 2013	222	23	10.4%
150	120	Bahrain	10 2010	40	4	10.0%
151	121	Ukraine	10 2012	442	43	9.7%
152	122	Botswana	10 2009	63	6	9.5%
153	"	Mali	11 2013	147	14	9.5%
154	123	Cote d'Ivoire	12 2011	254	24	9.4%
155	"	Gambia	3 2012	53	5	9.4%
156	"	Hungary	4 2010	384	36	9.4%
157	124	Kiribati	10 2011	46	4	8.7%
<b>158</b>	<b>125</b>	<b>Brazil</b>	<b>10 2010</b>	<b>513</b>	<b>44</b>	<b>8.6%</b>
159	126	Bhutan	7 2013	47	4	8.5%
160	"	Panama	5 2009	71	6	8.5%
161	127	Benin	4 2011	83	7	8.4%
162	128	Japan	12 2012	480	39	8.1%
163	129	Congo	7 2012	136	10	7.4%
164	130	Maldives	5 2009	74	5	6.8%
165	131	Nigeria	4 2011	360	24	6.7%
166	"	Saint Kitts and Nevis	1 2010	15	1	6.7%
167	"	Tuvalu	9 2010	15	1	6.7%
168	132	Bangladesh	1 2014	297	19	6.4%
169	133	Swaziland	9 2013	65	4	6.2%
170	134	Sri Lanka	4 2010	225	13	5.8%
171	135	Myanmar	11 2010	429	24	5.6%
172	136	Nauru	6 2013	19	1	5.3%
173	137	Kuwait	7 2013	65	3	4.6%
174	138	Haiti	11 2010	95	4	4.2%

175	139	Samoa	3 2011	49	2	4.1%
176	140	Tonga	11 2010	28	1	3.6%
177	141	Belize	3 2012	32	1	3.1%
178	"	Iran (Islamic Republic of)	5 2012	290	9	3.1%
179	"	Lebanon	6 2009	128	4	3.1%
180	142	Comoros	12 2009	33	1	3.0%
181	"	Marshall Islands	11 2011	33	1	3.0%
182	143	Papua New Guinea	6 2012	111	3	2.7%
183	144	Solomon Islands	8 2010	50	1	2.0%
184	145	Oman	10 2011	84	1	1.2%
185	146	Yemen	4 2003	301	1	0.3%
186	147	Micronesia (Federated States of)	3 2013	14	0	0.0%
187	"	Palau	11 2012	16	0	0.0%
188	"	Qatar	7 2013	35	0	0.0%
189	"	Vanuatu	10 2012	52	0	0.0%

---

Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>